



Boletim No 214 – Maio 2015 – [Veja versao online](#)



Share



Tweet



Forward

Assine o Boletim mensal do WRM

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é totalmente gratuita.

NOSSA OPINIÃO



[Histórias não contadas de roubo e contaminação de água](#)

Por trás de muitos produtos bonitos nos supermercados dos principais centros urbanos no mundo, escondem-se muitas histórias não contadas. Por trás de belos “selos verdes” de certificação, por trás do próprio conteúdo dos produtos e da grande quantidade de papel que os embala, há toda uma história para contar quando o assunto é consumo e contaminação de água. Seria melhor chamar esse consumo de “roubo de água”, se consideramos que, para poder fazer esses produtos e suas matérias-primas, muitas comunidades nos países do Sul ficaram sem água potável. Dar visibilidade a essa realidade é importante, ainda mais quando há empresas que a escondem atrás de uma ação de “responsabilidade social” que foca na água, como a transnacional Procter and Gamble.

O ROUBO D'ÁGUA: UM MODELO ECONÔMICO QUE SECA A VIDA



[O grande roubo d'água](#)

A cada ano, frotas de aviões, barcos, caminhões e trens, bem como milhares de quilômetros de tubulações e dutos, transportam milhões de toneladas de minerais, madeira, petróleo, gás, produtos agroindustriais, biocombustíveis e muitas outras “matérias-primas” extraídas, na maior parte, dos territórios do Sul global para ser consumidos no Norte. Para extrair e transportar todos esses “produtos”, é preciso concentrar e poluir mais e mais terras, fazendo com que a água presente nos territórios seja cada vez mais encurralada, deslocada, superexplorada e poluída. Esses mesmos “produtos” também requerem grandes quantidades de água em quase todos os níveis de produção. Assim, o modelo econômico de superprodução e consumo afeta diretamente o acesso das populações locais à água potável e aos meios de subsistência. A água, essencial para a vida e considerada “sagrada” por muitos povos tradicionais, está sendo usurpada dos territórios.



Água: corrente de vida e saberes

Há uma diferença crucial entre se referir à água como elemento vivo e como “recurso”. A visão ocidental põe o ser humano no centro de tudo, como agente dominante dos demais seres vivos. O capital também se (im)põe no centro das relações sociais. Mas a água é um ciclo vivo, ela se move, se transforma, se nutre de outros ciclos vivos e proporciona vida. Para a água, os seres humanos fazem parte de outros ciclos vivos interligados. Os projetos do capital, pelo contrário, se impõem. Eles procuram dominar e ser o centro de tudo à sua volta; explorando, extraindo, intoxicando, exterminando... sem devolver nada. Essa ideia de ver a água como um “recurso” nos impede de conceber o todo: os ciclos vivos.



A indústria de papel e plantações de árvores polui a água: Comunidades da Indonésia afetadas pela APP

As pessoas na Indonésia, principalmente na província de Banten, na ilha de Java, exigem que o governo aplique a lei e restaure áreas de bacias hidrográficas, depois de anos poluindo a água do rio Ciujung. A poluição é resultado da liberação de resíduos no rio pela APP, uma das principais empresas de celulose e papel em atividade na Indonésia. Isso mostra particularmente como problemas que incluem desmatamento, conflitos sociais, incêndios florestais, corrupção e poluição da água estão enraizados na cadeia de negócios da plantação de árvores e da indústria de papel no país.



Plantações de árvores: roubando-nos silenciosamente, até secarmos

Enquanto grande parte do mundo está enredada em agitação econômica e política, existe um problema muito mais grave, mas menos óbvio. Na forma de um processo lento, quase imperceptível, difícil de detectar ou medir, o roubo de água raramente é considerado um crime de alta prioridade. Ainda assim, bem debaixo dos nossos narizes, vastos volumes de água estão sendo desviados por ladrões “silenciosos” que operam 24 horas por dia, 365 dias por ano. As plantações de monoculturas são as culpadas, mas, como as árvores plantadas podem se comportar de maneira tão diferente das florestas naturais? A maioria das pessoas pressupõe que as duas coisas sejam iguais. Essa falácia, no entanto, levou a crise hídrica onde quer que as “falsas florestas” de árvores exóticas tenham sido estabelecidas em terras antes cobertas por florestas reais ou em pastagens e matagais biodiversos.



Financeirização da água: do que se trata?

A água está cada vez mais sendo financeirizada pela criação de classes de ativos com base na mercadoria (commodity) “água” (como no caso do carbono, das florestas, do petróleo, dos alimentos etc.). Esse processo está intimamente ligado à lógica que permite a geração de novos produtos “virtuais” através de “mecanismos de compensação” baseados no maior controle de territórios. Isso abre um horizonte quase ilimitado ao potencial de lucro financeiro e, portanto, demanda que as organizações da sociedade civil atuem de forma solidária para com as comunidades afetadas em todo o mundo, para repensar seus métodos convencionais de prestar apoio a essas comunidades e de lobby.



[Declaração de Maputo da Sociedade Civil Africana sobre Justiça Climática](#)



[Dacar a Túnis: Declaração contra a água e grilagem de terras](#)



[Brasil: assassinados três líderes indígenas defensores das florestas](#)



[Guatemala: ação de moradores contra as barragens que privam as comunidades de água](#)



[O Plano ProSavana em Moçambique foi lançado e ameaça as terras dos camponeses](#)



[Bolloré e Socfin contabilizam seus lucros em Luxemburgo, enquanto os conflitos persistem em suas plantações africanas e asiáticas](#)

RECOMENDADOS



[Que futuro para as florestas do mundo?](#)



[Nova publicação alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde](#)

[Defendendo o direito à água na Coréia](#)



[Espremendo a África até secá-la: por trás de cada caso de concentração de terras, há concentração de água](#)

NOSSA OPINIÃO



Histórias não contadas de roubo e contaminação de água

Por trás de muitos produtos bonitos nos supermercados dos principais centros urbanos no mundo, escondem-se muitas histórias não contadas. Por trás de belos “selos verdes” de certificação, por trás do próprio conteúdo dos produtos e da grande quantidade de papel que os embala, há toda uma história para contar quando o assunto é consumo e contaminação de água. Seria melhor chamar esse consumo de “roubo de água”, se consideramos que, para poder fazer esses produtos e suas matérias-primas, muitas comunidades nos países do Sul ficaram sem água potável. Dar visibilidade a essa realidade é importante, ainda mais quando há empresas que a escondem atrás de uma ação de “responsabilidade social” que foca na água, como a transnacional Procter and Gamble.

Há anos, a Procter and Gamble (P&G), uma das maiores empresas do mundo na fabricação de produtos para supermercados nos Estados Unidos e em outros países, lançou uma campanha contando que está “salvando vidas” (1). Saquinhos com uma substância “purificadora” que seria capaz de transformar água suja em água limpa são distribuídos em dezenas de países do Sul global para aliviar o drama daqueles que sofrem da falta de acesso a água potável. Essa atividade, que faz parte da sua política de “responsabilidade social”, já rendeu vários prêmios à empresa. Mas a P&G não conta ao público outras histórias sobre água, muito menos gloriosas, nas quais ela está igualmente implicada. São histórias sobre consumo e contaminação de água em grande escala em regiões do Sul global de onde a P&G traz suas matérias-primas.

Em 2014, a P&G teve um lucro líquido de US\$ 11 bilhões, e não é por acaso (2). Ela é um dos principais fabricantes mundiais de produtos descartáveis de papel, como guardanapos e papéis do tipo tissue. São produtos fabricados com celulose de fibras de madeira de empresas que promovem plantações de monocultivos de eucalipto, acácia ou pinus em países do Sul. A P&G está entre os principais clientes dessas empresas, que localizam suas plantações o mais próximo possível da fábrica de celulose. O resultado são áreas contínuas com dezenas ou centenas de milhares de hectares de monocultivos. A principal exigência da P&G para comprar dessas empresas é que as plantações sejam certificadas, preferencialmente pelo selo FSC. Hoje em dia, a grande maioria já tem esse selo e, com isso, a produção é declarada “sustentável”, e a compra da celulose, “responsável”, afirma a P&G.

Isso gera espanto nas comunidades diretamente impactadas pelas plantações em países como Chile, Argentina, Uruguai, Brasil, África do Sul ou Indonésia. As que vivem a realidade dessas plantações de árvores que crescem cada vez mais rápido não veem nada de “responsável” nisso. Elas ficam espantadas porque, enquanto ficaram com pouca ou nenhuma água para beber e para outras atividades domésticas, as empresas afirmam que não há impactos sobre a água porque fizeram o plantio dentro dos “critérios técnicos”. Um artigo neste boletim, sobre o que representa a água para comunidades tradicionais, principalmente para as mulheres, dá uma ideia da sua importância, não apenas para o consumo, mas também para suas culturas e para seu bem-estar espiritual. Portanto, essas populações sofrem quando perdem suas fontes de água. Sofrimento que é ainda maior quando a

água que ainda corre ou brota – apesar da “sede” das árvores de rápido crescimento – acaba sendo contaminada pelos agrotóxicos usados nas plantações. Isso coloca a saúde de trabalhadores e comunidades ainda mais em risco, além da flora e da fauna locais. Outro artigo neste boletim fala em mais detalhe sobre as plantações de árvores em grande escala e a água. É lamentável que sistemas de certificação como FSC, com apoio de ONGs, tenham conseguido produzir e propagar uma ideia de “sustentabilidade”, que é aceita por milhões de consumidores, mas contrasta duramente com a realidade, e cala e invisibiliza ainda mais as comunidades que sofrem e morrem com a falta de água e outros impactos.

Mas o problema da água que envolve a cadeia de produção da P&G não para por aí. Fábricas que transformam as fibras de madeira em fardos de celulose prontos para exportação também são grandes consumidoras de água para garantir uma produção 24 horas por dia. Uma fábrica de celulose, com seu processamento químico, costuma demandar um consumo de água igual ou superior ao de uma cidade com mais de 1 milhão de habitantes, e geralmente consome isso gratuitamente! Assim, podemos dizer que não estamos falando apenas dos fardos de celulose que são exportados; as empresas também “exportam” água quando, a cada tonelada de celulose exportada, resta menos água e mais contaminação para a população local, como também mostra um artigo sobre a APP na Indonésia, neste boletim. O mesmo ocorre com outras cadeias de produção no Sul global, ligadas ao agronegócio, cujos pontos finais são produtos em supermercados no Norte global, como carne, frutas e legumes, consumindo igualmente enormes quantidades de água em todas suas cadeias de produção e processamento.

Exemplo de outro problema denunciado recentemente pela Conferência de Água da África do Sul (SAWC), uma coalizão da sociedade civil que monitora a situação do setor de água no país, é a contaminação crescente de seus rios com produtos tóxicos usados na produção de celulose e que estão presentes nos papéis descartáveis. Isso mostra um lado perverso do estímulo ao consumo por empresas como a P&G nos “novos mercados”, como são chamados os centros urbanos crescentes nos países do Sul global. Muitas vezes, esses centros carecem de sistemas de coleta de lixo que funcionam bem. A contaminação dos rios é notória nesses países, e ainda mais grave porque coloca em risco a saúde da grande quantidade de pessoas que ainda dependem da captação direta de água dos rios para garantir seu consumo. (3)

A resposta a crises de falta e contaminação de água nos países do Sul global tem sido dada de duas formas diferentes, mas interligadas: por um lado, há anos se expande a tendência de privatização das empresas de água e saneamento, parte da “receita” prescrita a muitos governos, sobretudo no Sul global, por órgãos internacionais como o Banco Mundial e o FMI. Por trás de um discurso que promete mais “eficiência” na gestão, esconde-se o interesse de criar mais uma oportunidade de negócios para o setor empresarial. Por outro lado, essa tendência é precursora de outra, mais abrangente: a visão crescente de que a água precisa ser “financeirizada”. Empresas do mercado do capital financeiro identificam uma grande oportunidade de fazer negócios com a água, uma vez que ela é essencial para as pessoas e muitas atividades produtivas, mas está ficando cada vez mais escassa. Por isso dedicamos um dos artigos deste boletim a esse tema.

A privatização, a mercantilização e a financeirização da água no mundo crescem, assim como o atual número de um bilhão de pessoas sem acesso a água potável. A FAO, em um relatório recente sobre o tema do consumo de água no mundo, aponta para o problema da intensificação de atividades industriais que aumentarão ainda mais o consumo e a contaminação de água. Mas a FAO dá destaque à agricultura industrial, – e dentro dessa categoria se podem incluir as plantações industriais de árvores – que são e serão o principal consumidor – e contaminador – de água nas próximas décadas. (4) Portanto, se quisermos “salvar vidas”, como diz a P&G, hoje e no futuro, é essencial lutar, não para “certificar”, mas para mudar o modelo atual de produção e consumo. Esse modelo de produção “tem sede” – é ele que mais consome e contamina água no mundo – e não poupa esforços para se expandir ainda mais.

Um passo importante, e o que propomos com este boletim, é contar e recontar os impactos reais que o modelo causa sobre populações, até porque as grandes empresas que mais se beneficiam do modelo tentam invisibilizá-las sistematicamente.

Além disso, esperamos que este boletim seja uma inspiração para que mais pessoas se juntem à luta pela água para todas e todos, já travada em muitos lugares do mundo. A privatização e a apropriação daquilo que em muitas culturas no mundo é símbolo da vida já têm gerado fortes reações populares. Basta lembrar a luta vitoriosa, anos atrás, da população de Cochabamba, Bolívia, para reverter a privatização da água. Um exemplo mais recente vem de Jacarta, capital da Indonésia. Em março deste ano, após anos de protestos, uma decisão do tribunal constitucional do país anulou o contrato com duas empresas que administravam o abastecimento de água da cidade desde 1998, marcado por denúncias de má administração e corrupção. A decisão do tribunal abre caminho para a remunicipalização do sistema. (5)

Por fim, o modelo econômico capitalista, pelo qual a acumulação de capital está ligada a cada vez mais controle e captura de insumos ou “recursos naturais”, também se expressa no roubo maciço da água (1). No entanto, por ser um símbolo da vida, a água interliga muitas lutas em defesa dos territórios e, por isso, também é um elemento de força e esperança contra um modelo de produção e consumo que depreda florestas, territórios e as redes de vida que eles sustentam, incluindo as populações que vivem nas florestas e delas dependem.

1. http://www.pg.com/en_UK/sustainability/social-responsibility/children-safe-drinking-water.shtml
2. <http://www.marketwatch.com/investing/stock/pg/financials>
3. <https://www.facebook.com/GeoSphere?fref=nf>
4. FAO: Towards a Water and Food Secure Future, http://www.fao.org/nr/water/docs/FAO_WWC_white_paper_web.pdf
5. <http://news.mongabay.com/2015/0417-jacobson-water-two-court-rulings.html>

O ROUBO D'ÁGUA: UM MODELO ECONÔMICO QUE SECA A VIDA



A grande roubo d'água

A cada ano, frotas de aviões, barcos, caminhões e trens, bem como milhares de quilômetros de tubulações e dutos, transportam milhões de toneladas de minerais, madeira, petróleo, gás, produtos agroindustriais, biocombustíveis e muitas outras “matérias-primas” extraídas, na maior parte, dos territórios do Sul global para ser consumidos no Norte. Para extrair e transportar todos esses “produtos”, é preciso concentrar e poluir mais e mais terras, fazendo com que a água presente nos territórios seja cada vez mais encurralada, deslocada, superexplorada e poluída. Esses mesmos “produtos” também requerem grandes quantidades de água em quase todos os níveis de produção. Assim, o modelo econômico de superprodução e consumo afeta diretamente o acesso das populações locais à água potável e aos meios de subsistência. A água, essencial para a vida e considerada “sagrada” por muitos povos tradicionais, está sendo usurpada dos territórios.

As florestas e a água

Onde quer que estejamos, na cidade ou no campo, estamos sempre dentro de uma bacia hidrográfica. Uma bacia hidrográfica é o território onde toda a água da chuva e da neve drena a partes mais baixas para formar cursos d'água, como um córrego, um rio, um lago ou um pântano. As bacias são uma parte essencial do ciclo da água. Este ciclo permite que, através da evaporação e da condensação, a água salgada do oceano se torne água doce e caia em vales e montanhas, descendo pelas bacias, de forma superficial ou subterrânea. Uma bacia saudável protege o abastecimento de água, alimenta as comunidades, as florestas, as plantas e os animais, e mantém o solo fértil (2).

Ao se destruírem as florestas, também se destrói a capacidade que elas têm de equilibrar o ciclo da água, já que os solos vivos podem reter a água e sustentar correntes. Muitos cientistas afirmam que o desmatamento tem um efeito direto sobre a escassez de água nos centros urbanos. De acordo com Antonio Nobre, cientista brasileiro que colabora com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que assessorou a ONU, a destruição das florestas também destrói o sistema de condicionamento climático local (3). Ou seja, a transpiração de uma árvore grande da Amazônia, com dez metros de raio na copa, transforma em vapor mais de mil litros de água em um dia. Agora imaginemos todo o território amazônico. O vapor que sai das árvores é uma grande fonte de chuva e umidade para outros lugares, e é maior do que o fluxo de água que corre no rio Amazonas, o maior rio do planeta. Com a história do desmatamento da “Mata Atlântica” no Brasil e o crescente desmatamento da Amazônia, centros urbanos como São Paulo enfrentam uma grave crise hídrica.

Cultivando secas: as indústrias agrícolas e as plantações de árvores

“O rio que os moradores usavam já não pode ser usado durante a estação das chuvas, pois recebe todos os agrotóxicos aplicados pela empresa na plantação (...) Nós somos escravos na nossa própria terra.” – Sunny Ajele, comunidade de Makilolo, Nigéria, diante da expansão das plantações de dendê da empresa Okomu Oil Palm (Ver [Boletim de março de 2014](#))

O modelo agroindustrial e de plantações de monoculturas depende de um fornecimento contínuo de água. Os investidores interessados em adquirir grandes extensões de terras quase sempre procuram se apropriar também das fontes disponíveis de água, como parte dos mesmos acordos de compra e venda. Assim, no Mali e no Sudão, por exemplo, alguns investidores têm acesso ilimitado a toda a água de que necessitam em seus projetos (4).

O saque de água, contudo, pode se estender muito além da concentração de terras correspondente. No Vale do Ica, na costa centro-sul do Peru, por exemplo, as empresas agroindustriais têm usado várias estratégias para acumular água fora de suas concessões de terras. Duas delas conseguiram canalizar água para suas plantações com tubos provenientes de mais de 40 poços situados fora de suas propriedades. Da mesma forma, no vale de Piura, no norte da costa peruana, a agroindústria instalou uma enorme estação de bombeamento de água em um ponto estratégico do rio, perto de canais e lagos artificiais, que está “protegida” com arame farpado e é patrulhada por guardas armados (5).

As grandes plantações de monoculturas de árvores também são culturas sedentas que devoram florestas e deixam os solos erodidos e sem vida. Após 70 anos de pesquisa hidrológica no vale de Jonkershoek, na África do Sul, um estudo revelou, em 2010, o impacto das plantações de monoculturas de árvores sobre a água subterrânea e a água que corre nos rios (6). Concluiu-se que as plantações de pinus usam o equivalente a 400 milímetros de chuva, o que significa que, a cada ano, 400 milhões de litros de água por km deixam de voltar aos cursos d'água. Os eucaliptos consomem ainda mais: 600 milímetros de chuva. De acordo com o estudo, cada árvore de pinus absorve uma média de 50 litros de água por dia entre os cinco e os sete anos de idade. No caso do eucalipto, a média pode variar de 100 a 1.000 litros, dependendo de onde estiver localizada a plantação. No entanto, as plantações de eucalipto, devido ao

seu rápido crescimento, têm forte impacto sobre os córregos e rios nos primeiros anos. Quando o consumo começa a diminuir, normalmente já é o período de corte e começa um novo plantio. As árvores próximas a um córrego ou rio podem usar duas vezes mais água, porque têm maior acesso a ela.

Pior ainda, as monoculturas eliminam os nutrientes do solo e, como resultado, devem-se aplicar fertilizantes químicos, que, por sua vez, contaminam o solo e as fontes de água ainda disponíveis (7).

Um estudo sobre a Indonésia, o país que produz quase metade do consumo mundial de óleo de dendê, adverte sobre a intensidade dos impactos das plantações de dendzeiros em córregos de água doce, afetando diretamente as comunidades em termos de disponibilidade de água para beber, produzir alimentos e manter suas atividades de vida e subsistência (8). O estudo destacou que, durante o processo de desmatamento, de manejo da plantação – que inclui a aplicação de agrotóxicos e fertilizantes químicos – e de processamento dos frutos para produzir o óleo, muitos sedimentos e outras substâncias nocivas se infiltram nos córregos que atravessam as plantações, concentrando até 550 vezes mais sedimentos do que os que atravessam as florestas.

As temperaturas nos córregos para os quais é drenada a água das plantações de dendê jovens e maduras são quase 4 graus Celsius mais altas do que as dos córregos das florestas, afetando negativamente o ciclo biológico de muitas espécies que habitam os cursos d'água. O estudo também registrou que, durante a temporada de secas, há um aumento no metabolismo do córrego – a taxa com que ele consome oxigênio e uma forma importante de medir sua saúde. Os impactos sobre a pesca, as zonas costeiras e os recifes de coral – potencialmente muitos quilômetros a jusante – permanecem desconhecidos. Mas o que sabemos é que, como disse uma das autoras do estudo, “Isso [as plantações de dendê] pode causar o colapso dos ecossistemas de água doce e dificuldades sociais e econômicas na região” (9).

As graves consequências de romper o ciclo da água, intoxicá-la e roubá-la são sentidas pelas comunidades e os sistemas de vida que dependem das correntes afetadas e dos territórios das bacias hidrográficas. Ou seja, do ponto de vista da água, que está em movimento e transformação constantes, os impactos das plantações afetam áreas muito maiores do que os territórios que ocupam e, portanto, muito mais comunidades e populações também são afetadas. Os governos, como administradores do uso da água dentro de suas fronteiras nacionais e acostumados a apoiar o grande capital, concedem licenças abusivas – e, muitas vezes, ilegais – às empresas que esgotam e poluem as fontes de água necessárias para os povos. Além disso, os governos também estão acostumados a ignorar as tradições de manejo, proteção e uso da água que muitas comunidades preservam há gerações. Pior ainda, quando os problemas de escassez de água se aprofundam, geralmente são as populações que vão sofrer restrições, e não as indústrias.

Os combustíveis fósseis e sua sede insaciável

“Flui o petróleo, sangra a selva” – graffiti na cidade de Quito, Equador (10).

Todos os projetos de extração de combustíveis fósseis (isto é, petróleo, gás e minerais) resultam em uma mudança abrupta nas correntes, em sua poluição e, na maioria dos casos, no controle corporativo e/ou governamental das fontes disponíveis. As atividades de petróleo e gás têm causado desastres em todas as áreas onde são realizadas: a poluição do ar, da água e do solo, junto a um processo acelerado de intervenções e imposições, pondo em risco as florestas e os territórios indígenas.

A mineração por sua vez, requer muita água para extração e processamento de minerais, e produz uma grande quantidade de resíduos que contaminam as fontes disponíveis. Para se ter uma ideia, são necessárias 24 banheiras cheias de água para extrair e lavar uma tonelada de carvão! (11). As usinas de carvão consomem cerca de 8% da demanda total de água em nível global. Uma usina típica, de 500 MW, extrai a quantidade de água que entraria em uma piscina olímpica a cada três minutos e meio. Essa água, usada para resfriar a usina, é devolvida a suas fontes originais, mas a temperaturas muito elevadas, que matam a vida aquática e os ecossistemas sensíveis às mudanças de temperatura (12).

Da mesma forma, quando a água e o ar se misturam com enxofre em solo profundo (sulfureto) criando ácidos que dissolvem os metais pesados, ocorre a drenagem ácida da mina. Essa mistura tóxica entra no solo, penetra nas águas subterrâneas e acaba em rios e lagos. Os venenos na água fazem com que pessoas, plantas e animais adoeçam lentamente, também destruindo a vida a jusante, por centenas de anos (13). Como resultado, os projetos de mineração quase sempre geram oposição das comunidades locais, que procuram defender seus territórios e, com eles, suas fontes de água. Um relatório recente da EJOLT, uma rede de organizações de justiça ambiental, documenta 346 casos de conflitos sociais relacionados à mineração e mostra os principais impactos. Entre os mais citados estão a contaminação de águas superficiais e subterrâneas, bem como a redução do nível da água (14).

Contudo, o roubo não termina aí. Uma vez extraídos, os minerais devem ser transportados – e usando não somente a extensa rede de estradas que também causam desmatamento, mas também as tubulações que transportam os minerais (ou o petróleo e o gás) aos portos. No Brasil, por exemplo, onde se vive atualmente uma grave escassez de água para abastecer a população, os minerodutos – tubulações que transportam minério de ferro em estado arenoso misturado com água – levam os metais ao porto. Os quatro projetos de mineração no estado de Minas Gerais que têm tubulações para o transporte do ferro consomem água suficiente para abastecer uma cidade de 1,6 milhão de habitantes. As tubulações operam 24 horas por dia, todos os dias (15).

Hidrelétricas: aprisionando rios, correntes e povos

“O rio nos dá tudo. Peixe para fazer óleo, comer e vender. Ele inclusive paga os meus estudos. Nas margens, podemos plantar, e nós sabemos o que fazer aqui – na verdade, é só o que sabemos. Se nos afastarmos do rio, vamos sofrer” – filho de um pescador afetado pela barragem de Mphanda Nkuwa, no rio Zambeze, em Moçambique (16)

A geração de energia hidrelétrica, fortemente impulsionada por políticas climáticas e instituições financeiras como o Banco Mundial, também tem efeitos adversos sobre o ciclo da água e, portanto, sobre as florestas e as comunidades que dependem desses territórios. A construção de grandes barragens paralisa o movimento da água em sistemas de bacias e prende suas correntes, sua fauna e sua flora, e também inunda terras férteis e áreas próximas. As consequências são devastadoras. A parede das barragens bloqueia a migração de peixes e pode até mesmo separar os habitats de desova dos habitats de crescimento. A barragem também prende os sedimentos necessários para a manutenção de processos físicos e habitats a jusante. O sistema de fluxo livre do rio acima da barragem é transformado em um reservatório artificial de água. A alteração ou interrupção do fluxo da água pode ser tão grave como drenar todo um rio, seus braços e a vida que eles contêm (17).

Rios, lagos e lagoas são a base de muitas culturas e meios de subsistência, e o eixo central das economias locais. No final do século XX, a indústria de energia hidrelétrica tinha bloqueado mais da metade dos maiores rios da Terra com cerca de 50.000 barragens de grande porte, desalojando milhões de pessoas (18). Em algumas das bacias restantes com rios de fluxo livre no mundo, como a do Amazonas, a do Mekong, a do Congo e as dos rios da Patagônia, os governos e a indústria estão impondo um conjunto de enormes barragens – todas com o argumento de que são energia “limpa”.

O ciclo da água à venda

Além desse insolente abuso capitalista, o ciclo da água já entrou no processo da chamada financeirização. Ele pressupõe a separação e a quantificação dos ciclos e das funções da natureza, tais como o ciclo do carbono, o ciclo da água, a biodiversidade ou a paisagem – para transformá-los em “unidades” ou “títulos” equivalentes que possam ser vendidos em mercados financeiros ou especulativos (19).

Mas a água é um símbolo da vida e, portanto, une e mobiliza. Desmatamento, poluição e construção de infraestruturas de grande porte prejudicam bacias hidrográficas e fontes de água, alterando a capacidade dos territórios de sustentar os seres vivos, incluindo as comunidades humanas. É essencial apoiar a luta em defesa dos territórios, que são mais do que terras, rios, árvores ou povoados; eles são um todo, onde um elemento depende do outro e de onde se sustenta a vida.

(1) <http://www.tni.org/es/primer/el-acaparamiento-mundial-de-aguas-guia-basica>

(2)

http://es.hesperian.org/hhq/A_Community_Guide_to_Environmental_Health:Cap%C3%ADtulo_9:_Protecci%C3%B3n_de_las_cuencas_hidrogr%C3%A1ficas

(3) <http://xandemilazzo.jusbrasil.com.br/noticias/155175596/estamos-indo-direto-para-o-matadouro-diz-o-cientista-antonio-nobre>

(4) <http://pubs.iied.org/pdfs/17102IIED.pdf>

(5) Ver nota (1) e Van der Ploeg, J. D. (2008) The New Peasantries: Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization. London and Sterling: Earthscan.

(6) <http://wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin-wrm/seccion3/sudafrica-resultados-concluyentes-de-investigacion-sobre-los-impactos-de-los-monocultivos-de-arboles-en-el-agua/>

(7) <http://abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/>

(8) www.natureworldnews.com/articles/7846/20140701/oil-palm-plantations-threaten-water-quality.htm

(9) <http://news.stanford.edu/pr/2014/pr-palm-oil-water-062614.html>

(10) <http://www.accionecologica.org/petroleo>

(11) <http://chinawaterrisk.org/big-picture/metals-mining/>

(12) www.criticalcollective.org/wp-content/uploads/EndCoalWaterFactsheet2014.WEB-1.pdf

(13) http://es.hesperian.org/hhq/A_Community_Guide_to_Environmental_Health:Agua_contaminada

(14) http://www.ejolt.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/04/EJOLT_14_Towards-EJ-success-mining-low.pdf

(15) <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/539446-em-meio-a-crise-hidrica-minerodutos-utilizam-agua-dos-rios-para-levar-polpa-de-ferro-ao-porto>

(16) <http://www.foei.org/wp-content/uploads/2013/12/Economic-drivers-of-water-financialization.pdf>

(17) <http://www.internationalrivers.org/environmental-impacts-of-dams>

(18) <http://www.worldwatch.org/node/6344>

(19) <http://www.foei.org/wp-content/uploads/2014/05/Libro-Agua-ATI-espan%CC%83ol-web.pdf>



Água: corrente de vida e saberes

Há uma diferença crucial entre se referir à água como elemento vivo e como “recurso”. A visão ocidental põe o ser humano no centro de tudo, como agente dominante dos demais seres vivos. O capital também se (im)põe no centro das relações sociais. Mas a água é um ciclo vivo, ela se move, se transforma, se nutre de outros ciclos vivos e proporciona vida. Para a água, os seres humanos fazem parte de outros ciclos vivos interligados. Os projetos do capital, pelo contrário, se impõem. Eles procuram dominar e ser o centro de tudo à sua volta; explorando, extraindo, intoxicando, exterminando... sem devolver nada. Essa ideia de ver a água como um “recurso” nos impede de conceber o todo: os ciclos vivos.

“Ocultos a nossos olhos durante o dia, esses espíritos podem ser percebidos nas vozes rangentes das cataratas, na luz que brilha e se desfaz na espuma, no pingar da água dos poços, nas forquilhas das árvores gigantes da floresta e na chamada dos animais e dos pássaros. A floresta está viva.” –Sanema, lanomâmi do norte, Venezuela, [Boletim do Setembro 2002](#)

“O território é “a mãe-terra, e ela é composta de tudo; a mãe-terra deixou o rio que é o leite que nos alimenta, nos dá de beber, a floresta, que é nosso teto e nosso banquete para nos alimentar” - Babau, o cacique da comunidade da Serra do Padeiro, Brasil, [Boletim do outubro 2014](#).

As florestas sustentam imensos tecidos vivos que interconectam seres e ciclos naturais de maneiras quase imperceptíveis, mas cruciais. Atravessando quase todos esses tecidos está o ciclo da água, isto é, o movimento constante da água pelo planeta, nas formas de líquido, vapor, granizo ou neve. As populações que vivem nas florestas e delas dependem muitas vezes comparam os rios, a chuva e os córregos que cruzam a terra com as veias e artérias que transportam o sangue através dos corpos

humanos. Isso simboliza um olhar diferente, no qual a água não é um componente separado ou isolado de outros tecidos vivos; pelo contrário, o ciclo da água é um elemento essencial dos povos, razão pela qual eles a conhecem, usam e protegem com cuidado, humildade e, acima de tudo, respeito.

“Para as comunidades tradicionais, preservar a floresta não significa apenas manter seus direitos à terra e ao território, mas, fundamentalmente, proteger sua civilização da qual depende a essência de sua cultura. A cultura das comunidades desenvolve processos de adaptação intergeracional que equilibram a vida e a sustentabilidade dos ciclos naturais.” - Zenzi Suhadi, Walhi, Indonésia, [Boletim do novembro 2014](#)

Há outros significados e valores vitais que transcendem a dimensão corporal e a necessidade de uso. Esses outros significados, que, em geral, são vividos, ensinados e aprendidos em comunidades tradicionais, constituem a base cultural e espiritual para a existência delas. Durante gerações, as comunidades compartilham conhecimentos antigos, memórias e identidades ligados ao corpo comum ou ao território.

“Nossos avós diziam que estas zonas [referindo-se às lagoas de Celendín] eram sagradas, que ninguém podia simplesmente entrar nelas, havia cultos e os médicos tradicionais vinham aqui coletar remédios. Os avós chamavam este lugar de Conga” - jovem ronda [vigia camponesa] de Cajamarca, Peru. [Boletim do março 2015](#).

“Reunimo-nos em torno do fogo. O teto de espinho-do-cristo, galho preto, goiabeira vermelha e taleira fazia o que podia para nos proteger de uma chuva leve que às vezes vinha acompanhada de vento. Em volta, experimentávamos um sentimento, indecifrável para mim, uma mistura de grandeza de espírito e segurança terrenal. Curtimos silêncios cheios de mensagens; o arroio, perto, incansável e cristalino; os duendes da noite calados, rãs e grilos também, para nos deixar tempo e espaço” – Nelly Curbelo sobre o terceiro encontro de os “Ciclos da mulher e medicina natural”, Uruguai, [Boletim do fevereiro 2004](#)

Toda a água da chuva e a neve que desce a encosta para formar cursos d’água – por exemplo, um rio, um lago ou uma zona úmida – alimenta muitos sistemas de vida ao longo de seus caminhos, mas a maior parte da água flui sob o solo. As florestas e as pastagens localizadas nas partes altas das bacias e ao longo das margens de rios e córregos melhoram e alimentam as águas subterrâneas.

“Se não fosse pela água e pelo páramo (*)

Não haveria vida em nosso planeta e em nosso país

Fala-se em Deus, mas não o vemos,

Nós vemos nossa Pachamama, nossa natureza” – Josefina Lema, Equador, [Boletim do Março 2015](#)

(*) Floresta de pequenos árvores típica das regiões altas

Além disso, os territórios costeiros dependem do encontro da água doce com o mar, produzindo outros infinitos tecidos de vida que são essenciais para as comunidades dessas áreas. O manguezal, por exemplo, é uma floresta “submersa” que fornece sustento e cultura às cidadezinhas costeiras que praticam a pesca artesanal e de subsistência, além de coletar conchas, caracóis e caranguejos. Mas, acima de tudo, o manguezal é território.

“É que nós consideramos o ecossistema manguezal como nossa mãe, é assim como todos nós aprendemos. Lá tem vida, o ecossistema manguezal é um berçário, é uma indústria natural que Deus nos deu como herança, para que não sejamos pobres” - Coletivo de mulheres da Reserva Ecológica Cayapas Mataje, Equador, [Boletim do março 2010](#)

“No fogão a lenha cozinhas

Os filhos, são tua diversão

Os montes são teu remédio

A sombra, tua proteção

Um bom peixe é tua comida

O coentro, teu tempero

Mangue, barreira de vida

Protegê-lo é tua razão”

- Fragmento do poema “Mulher do manguezal”, Linver Nazareno, Equador, [Boletim julho 2013](#)

Quando a água é escassa ou as fontes habituais estão contaminadas, as mulheres e as meninas são as que mais têm de se deslocar longas distâncias com cargas pesadas, que lhes geram danos ao pescoço, às costas e aos quadris, entre outros. Além disso, sua conexão com o território é interrompida e violentada.

“Nós costumávamos cavar poços muito pequenos para irrigar as nossas plantações. Agora, temos de cavar mais fundo e trazer água de longe. A água potável também se tornou escassa. Temos que buscar água para o nosso gado, para as galinhas e cabras, e para consumo doméstico”. – Sra. Ziqubu, Sabokwe, província de KwaZulu-Natal, África do Sul, comunidade afetada por plantações de eucalipto, [Apresentação do WRM](#).

“A Aracruz [empresa de plantações de eucalipto] fechou o rio, porque plantou eucalipto e levou a água..., e foi aí que o rio secou. Antes tinha uma corrente forte, e agora, onde ela está?” – Francisca, mulher tupiniquim, aldeia de Irajá, Brasil, afetada por plantações de eucalipto, [Apresentação do WRM](#).

Portanto, as mulheres com fortes raízes em seus territórios lutam para recuperar sua autonomia e seus conhecimentos, muitas vezes até mesmo equiparando o território a seus próprios corpos.

“À terra, nossa mãe, violentam como violentam a nós. Querem explorá-la como fazem com a nossa força de trabalho, não a vêm nem a reconhecem, a invisibilizam como invisibilizam nossas contribuições e nossas palavras. É o mesmo padrão de poder que nos oprime. Para a cosmovisão capitalista e eurocêntrica, ambas somos natureza apropriável, explorável, controlável” diálogos entre mulheres, Peru, [Boletim do março 2015](#)

... Valentes protetoras de suas raízes.

“Quando era forte a resistência, nós nos levantávamos às 3 da manhã, íamos às vilas para convocar para a marcha. Mais tarde, íamos buscar alimentos doados nos mercados e nas lojas solidárias. Quando estávamos nas marchas, fazíamos panelas para todos, e ninguém ficava sem ter o que comer. Outras vezes, nos colocávamos na primeira fila das marchas, cantando nossas canções de luta, e enfrentávamos a repressão. Não nos importavam o cansaço nem as agressões, muitas vezes o grito de nossos maridos ou a incompreensão da família. Lutávamos pela água, que é a vida, por nossos filhos, e pelos filhos de nossos filhos,” – guardinha das lagoas em Cajamarca, Peru, [Boletim do março 2015](#)



A indústria de papel e plantações de árvores polui a água: Comunidades da Indonésia afetadas pela APP

As pessoas na Indonésia, principalmente na província de Banten, na ilha de Java, exigem que o governo aplique a lei e restaure áreas de bacias hidrográficas, depois de anos poluindo a água do rio Ciujung. A poluição é resultado da liberação de resíduos no rio pela APP, uma das principais empresas de celulose e papel em atividade na Indonésia. Isso mostra particularmente como problemas que incluem desmatamento, conflitos sociais, incêndios florestais, corrupção e poluição da água estão enraizados na cadeia de negócios das plantações de árvores e da indústria de papel no país.

Em 2014, a taxa de desmatamento na Indonésia atingiu 5,6 milhões de hectares por ano. Isso foi desencadeado pelo monopólio das concessões florestais – cerca de 57 milhões de hectares – por quatro setores econômicos: extração de recursos naturais, principalmente madeiras e mineradoras, bem como plantações industriais de árvores para celulose e dendê. As plantações de monoculturas de árvores cobrem agora 10,1 milhões de hectares na Indonésia (1). Seu uso principal é fornecer matérias-primas para a indústria de papel e celulose do país.

A PT. Indah Kiat Pulp & Paper Tbk (IKPP) Serang, localizada na província de Banten, é uma das maiores fábricas de papel de propriedade da empresa de plantações Asia Pulp and Paper (APP), que está processando matérias-primas de plantações de árvores na Indonésia (2). Os resíduos dessa fábrica contribuem com a maior parte da poluição do rio Ciujung, que flui por 142 km, passando por três regiões: Pandeglang, Serang e Lebak. A fábrica, fundada em 1991, produz papel/papelão pardo, papelão branco e material para embalagens. A capacidade de produção anual é de cerca de 1,7 milhão de toneladas métricas de papelão e 480.000 toneladas métricas de caixas de embalagem e outros produtos. Seus produtos finais atingem países em todos os continentes do mundo: Austrália, Japão, Singapura, Filipinas, Áustria, Brasil, Jordânia, Espanha, Taiwan, Tailândia, Canadá, Coreia, Turquia, China, Malásia, França, Hong Kong, Reino Unido, Índia, Mianmar, EUA, Itália, Vietnã e Indonésia (3).

A APP opera na Indonésia e na China, e tem capacidade de produção de mais de 19 milhões de toneladas por ano. Seus produtos são comercializados em mais de 120 países em todos os continentes (4). O fornecedor exclusivo de matérias-primas para as fábricas da APP na Indonésia é a Sinar Mas Forestry, que possui empresas de plantação de árvores em Sumatra e Kalimantan. Pelo menos sete unidades de empresas florestais são controladas diretamente pela Sinar Mas Forestry (5): PT. Arara Abadi (Riau), PT. Satria Agung Perkasa (Riau), PT. Riau Abadi Lestari (Riau), PT. Wirakarya Sakti (Jambi), PT. Finnantara Intiga (Kalimantan Oeste) e PT Sumalindo Hutani Jaya (Kalimantan Leste).

Poluindo a água do rio Ciujung

Desde 1992, a fábrica PT. IKPP Serang opera seis linhas de produção de papel, além de outra que entrou em funcionamento em 2008. Os resíduos são descartados em rios e são responsáveis pela maior parte da poluição do rio Ciujung, o que equivale a 83,92% (6). Isto foi revelado em 2012, no relatório de auditoria ambiental obrigatória Management of Wastewater from Pulp and Paper PT. Indah Kiat Pulp & Paper Tbk (PT. IKPP) Serang. A auditoria ambiental obrigatória inclui uma análise da qualidade da água do rio, da estação de tratamento de águas residuais, bem como do cumprimento da

regulamentação e do licenciamento. As informações incluíam:

- A PT. IKPP Serang tem três Estações de Tratamento de Águas Residuais (IPAL, na sigla em bahasa): IPAL 1, IPAL 2 e IPAL 3. Essas três plantas produzem resíduos, sólidos ou líquidos, que devem ser descartados no rio Ciujung. A IPAL 1 tem descartado até 5.000-6.000 m³ de resíduos líquidos por dia, e a IPAL 2, 22.000-24.000 m³. Mas o desempenho dessas plantas não é ideal. De acordo com os testes de Demanda Química de Oxigênio e Demanda Bioquímica de Oxigênio, a planta IPAL 2 excede as concentrações de resíduos em 26% em relação ao Valor Limite. Este limite é especificado nas normas do decreto MOE de 1995, No. 51. A IPAL 3, por outro lado, excede os padrões de qualidade do teste de Demanda Bioquímica de Oxigênio em até 145%, e o valor da Demanda Química de Oxigênio, em 143%.
- As “iniciativas” da empresa não têm sido ideais. Há outras exigências que não foram cumpridas, como a construção de lagoas de emergência. Além disso, a empresa não tomou iniciativas para tentar recuperar a qualidade da água do rio.
- Como a PT. IKPP Serang produz resíduos líquidos, os ecossistemas do rio Ciujung têm sido gravemente afetados devido à descarga de resíduos, contribuindo para a carga de poluição do rio, de 83,92%.
- O laboratório usado pela PT. IKPP Serang para fazer a amostragem não foi credenciado nem padronizado.

Os resíduos despejadas pela fábrica de celulose no rio Ciujung, na aldeia de Kragilan, fluem a jusante, para o estuário no povoado de Tengkurak, distrito de Tirtayasa. Durante a estação seca (julho-outubro), quando os níveis de água são muito baixos ou até nulos, a empresa continua a despejar resíduos no rio. Por isso, os resíduos sedimentam, pois não há água suficiente para drená-los para fora do rio. O rio contaminado com resíduos industriais flui por, pelo menos, 17 povoados em cinco distritos.

Dezenas de milhares de pessoas dependem da água do rio Ciujung, que usam para irrigar 16.000 hectares de terra, alimentar 6.000 hectares de viveiros de peixes, e para tomar banho e lavar roupa. As comunidades da região a jusante geralmente são de pescadores tradicionais, e dependem da renda da captura de peixes neste rio. Os moradores dessas áreas são particularmente vulneráveis, e correm riscos ao consumir água que pode afetar sua saúde (7). Além disso, a poluição da água também tem reduzido o número de peixes e camarões no rio.

Moradores da regência de Serang declararam: “Hoje, a água do rio não é mais tão boa. Faz espuma, cheira mal e tem uma cor preta. É cada vez mais difícil para as pessoas usar a água para suas necessidades cotidianas, mas elas ainda a usam para tomar banho e lavar roupa, porque dependem da água do rio Ciujung. Muitas pessoas se queixam de erupções de pele supostamente resultantes do uso de água do rio sujo. Os meios de subsistência baseados em viveiros ficaram ainda piores por causa da água do rio poluído. A produção das lagoas caiu muito. Por quê? Porque os peixes ficam ruins ou não crescem bem. Antes, um peixe-de-leite (bandeng) de quatro a cinco meses costumava pesar cerca de um quilo. Agora, depois de quatro a cinco meses, o peixe ainda tem 30 gramas e atinge o peso de captura depois de 10 meses”. (8)

A avaliação da qualidade da água feita a partir de 2015 pela comunidade da regência de Serang e por uma equipe do Ministério do Meio Ambiente e Florestas mostrou que a água do rio Ciujung ainda está poluída devido aos resíduos despejados pela PT. IKPP Serang. Este problema se arrasta há décadas, e as comunidades afetadas vêm informando o governo com frequência. Explicitamente, a comunidade da regência de Serang exigiu a revogação da licença, bem como a aplicação da lei de recuperação ambiental e a responsabilização da empresa. Ironicamente, a poluição continua, sem uma aplicação da lei mais forte para resolver o problema.

A água é a fonte de vida. A poluição da água na cadeia de negócios das plantações de árvores e da indústria de papel e celulose na Indonésia, ou em outros países, deve ser resolvida imediatamente. Assim, o Estado deve não apenas cumprir a lei na gestão e na proteção das florestas, mas também garantir a proteção dos recursos hídricos, como sua responsabilidade pelo cumprimento dos direitos de toda a população, para um ambiente bom e saudável.

Kurniawan Sabar, kurniawan.walhi@gmail.com
WALHI, Friends of the Earth Indonesia, www.walhi.or.id

(1) Environmental Outlook 2015, WALHI http://www.walhi.or.id/wp-content/uploads/2015/01/OutLook-2015_Final.pdf

(2) <http://www.asiapulppaper.com/about-app/mills>

(3) <http://www.ikserang.com/iks/index.php?p=sales>

(4) <http://www.asiapulppaper.com/about-app>

(5) http://sinarmasforestry.com/about_us.asp?menu=1

(6) Mandatory Environmental Audit Report, Management of Wastewater from Pulp and Paper PT. Indah Kiat Pulp & Paper Tbk (PT. IKPP) Serang, 2012. Baseado na carta do Ministério do Meio Ambiente No. B-6585/Dep.I/LH/07/2011.

(7) Infografis; IKPP Mengalirkan Limbah Beracun ke Sungai Ciujung Kabupaten Serang, Banten. WALHI, ICEL, Media Link. 2014.

Press release WALHI: <http://www.walhi.or.id/pulihkan-indonesia-pulihkan-das-ciujung.html> 8 de outubro de 2014. <http://www.walhi.or.id/peringatan-hari-ham-sedunia-tahun-2014-pemulihan-sungai-ciujung-untuk-hak-atas-lingkungan-hidup-yang-baik-dan-sehat.html>, 15 de dezembro de 2014.

(8) <http://www.mongabay.co.id/2014/10/14/kala-sungai-ciujung-merana-warga-menderita/>. 14 de outubro de 2014



Plantações de árvores: roubando-nos silenciosamente, até secarmos

Enquanto grande parte do mundo está enredada em agitação econômica e política, existe um problema muito mais grave, mas menos óbvio. Na forma de um processo lento, quase imperceptível, difícil de detectar ou medir, o roubo de água raramente é considerado um crime de alta prioridade. Ainda assim, bem debaixo dos nossos narizes, vastos volumes de água estão sendo desviados por ladrões “silenciosos” que operam 24 horas por dia, 365 dias por ano. As plantações de monoculturas são as culpadas, mas, como as árvores plantadas podem se comportar de maneira tão diferente das florestas naturais? A maioria das pessoas pressupõe que as duas coisas sejam iguais. Essa falácia, no entanto, levou a crise hídrica onde quer que as “falsas florestas” de árvores exóticas tenham sido estabelecidas em terras antes cobertas por florestas reais ou em pastagens e matagais biodiversos.

Essa conversão artificial da paisagem tem muitos impactos negativos, que chamados engenheiros chamados “florestais” e empresas de plantações decidem ignorar. Apesar das muitas evidências, tanto empíricas quanto científicas, a verdade dura sobre como as plantações de monoculturas afetam as fontes de água e a biodiversidade vem sendo deliberadamente ocultada por quem lucra com isso.

Em muitos casos, o efeito da retirada de água por plantações industriais de árvores só pode ser comparado ao da pior seca. Experimentos realizados em áreas onde a terra foi convertida em plantações de árvores provaram que o seu consumo de água pode ultrapassar a quantidade de chuva que cai onde elas estão. Isso já foi demonstrado, por exemplo, na África do Sul, medindo-se a redução do fluxo de córregos que ocorre depois da conversão de pastagens em plantações. Relatórios do pesquisador Joan Whitmore (1) descrevem esse efeito como “pirataria hídrica”, devido a seus impactos sobre usuários de terras adjacentes e sobre os ecossistemas a jusante, incluindo zonas úmidas, estuários e habitats marinhos costeiros.

Como funciona

As plantações de árvores perenes consomem água o ano todo, ao contrário da vegetação natural, que consome muito pouco na estação seca. Além disso, as densas copas dessas plantações impedem que a água da chuva atinja a superfície do solo. A combinação de evaporação de água presa nas suas folhas com as águas subterrâneas sugadas por suas raízes e levada às folhas é chamada de evapotranspiração. Durante a estação seca, quando há pouca ou nenhuma chuva, as árvores bebem do lençol freático. Isso resulta em esgotamento localizado do aquífero, fazendo com que as águas subterrâneas de áreas adjacentes afluam para o aquífero esgotado debaixo da plantação. Isso também reduz o fluxo de água para sistemas naturais quando ela é necessária para manter habitats e comunidades agrícolas a jusante. Córregos e rios que normalmente fluem o ano todo se tornam sazonais, e isso cria secas localizadas, comprometendo as funções do ecossistema.

Além de roubar a água da natureza e das comunidades humanas, as plantações de árvores também causam um estado de desidratação em áreas adjacentes, e isso tem o efeito de aumentar a incidência de incêndios florestais. Além de destruir a plantação, esses incêndios florestais também devastam o ambiente humano, causando mortes e perdas de recursos das comunidades, como ocorreu recentemente em partes de Portugal, Austrália, África do Sul, Califórnia e Chile. Nesses casos, é preciso gastar verbas públicas na construção de barragens e tubulações para repor a água perdida devido às plantações e no transporte de água em caminhões-pipa para as comunidades afetadas.

Conclusão

É claro que as plantações não são, em si, as verdadeiras ladras – elas são apenas uma das ferramentas usadas por corporações multinacionais e instituições financeiras internacionais para roubar os “recursos naturais” dos países do Sul, principalmente daqueles que vivem dentro de florestas e dependem delas. As árvores geralmente são processadas industrialmente perto de onde foram cultivadas, usando ainda mais água e energia para produzir milhões de toneladas de celulose e papel, embalagens e outros produtos que geram lucros para proprietários de plantações e fábricas de celulose, bem como seus financiadores. No outro lado, contudo, estão as muitas comunidades afetadas que acabam tendo seus territórios e meios de subsistência poluídos ou secos. As plantações industriais de árvores danificam gravemente os recursos de água doce que abastecem milhões de pessoas com água potável.

Wally Menne, plantnet@iafrica.com
Timberwatch Coalition

(1) Whitmore J. S. “An estimation of the possible effects of land management practices on run-off from the Catchment Control Areas in the Natal Midlands”, maio de 1972. Technical note no. 26, Department of Water Affairs, Hydrological Research Division.

Whitmore J. S. “Factors controlling the precipitation/water yield relationship”, março de 1976. Technical note no. 62, Department of Water Affairs, Division of Hydrology



Financeirização da água: do que se trata?

Nos últimos anos, mecanismos destinados a transformar componentes naturais fundamentais dos bens comuns (biodiversidade, terra, água, florestas e suas funções ecológicas, etc.) em ativos financeiros negociáveis têm se expandido rapidamente. Por causa disso, um número cada vez maior de grupos da sociedade civil se envolve intensamente na tentativa de desvendar os mecanismos, lógicas e motivações por trás dos processos de financeirização e do que eles podem significar para as comunidades. Para reverter essa tendência, que põe em risco a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, é fundamental identificar as forças e os principais atores por trás dela.

O processo de "financeirização da economia" penetrou em todos os mercados. Nele, o comércio de dinheiro, riscos e produtos financeiros criados com base neles se tornou mais rentável e começou a superar o de bens e serviços, em nome da acumulação de capital. Mais do que isso: seu alcance se expandiu de áreas como sistemas sociais reprodutivos (aposentadoria, saúde, educação, habitação) para bens comuns da natureza. Neste quadro, a financeirização dos bens comuns naturais cria novos "ativos", dos quais é possível se apropriar e dos quais investidores financeiros podem extrair lucro, seja diretamente ou através da criação de outras possibilidades de comércio e especulação nos mercados financeiros.

Quando se trata de tentar compreender os mecanismos e as implicações da financeirização da "água", temos que considerar que estamos nos referindo a uma substância vital, da qual depende toda a vida. Segundo o interesse em questão, a mesma água pode ser classificada de formas diferentes, como: bem comum (compartilhado para o benefício de todos e sem prejudicar ninguém), bem público (a sociedade como um todo se beneficia de um abastecimento público de água que seja seguro), bem privado (consumo de água engarrafada), bem econômico (importante para as pessoas, mas escasso em relação à demanda), um bem de mérito (o consumo depende da capacidade das famílias de pagar por ele) ou um destinado ao bem-estar social (o acesso a água potável como contribuição à saúde pública).

Até que ponto se pode afirmar que a água natural, como bem comum, está financeirizada?

É importante perguntar quais novas tentativas de mercantilização e mercadização da "mercadoria" água foram feitas até agora, como possíveis passos para que aconteça a financeirização, e quais implicações isso terá sobre a nossa organização para reverter essa tendência?

Enquanto outros mercados de commodities estão muito mais avançados, o da água é considerado de grande potencial. Em 2011, o analista financeiro James E. McWhinney escreveu: "A água pode vir a ser a maior história de mercadoria do século XXI. [...] Por que o interesse na água? Como o ouro e o petróleo, a água é uma mercadoria (commodity) – e bastante escassa [...] existem atualmente muitas maneiras de acrescentar água ao seu portfólio – a maioria demanda apenas um pouco de pesquisa" (1).

Em outras palavras, a razão por trás dos investimentos das empresas financeiras em água está ligada à ideia de que uma escassez previsível vai valorizar os fornecedores. A pressão pelo controle da água e, portanto, dos direitos sobre ela, deve crescer em um futuro próximo. Na verdade, "o comércio de água" já foi introduzido em alguns lugares onde foram criados direitos sobre ela, e já há mercados de água em funcionamento. É o caso de alguns países, como a Austrália, África do Sul, oeste dos Estados Unidos, Costa Rica, Espanha e, sobretudo Chile.

Segundo a Reuters, a China também está prestes a iniciar um projeto-piloto de comércio de água: "A China escolheu sete províncias para sediar mercados-piloto de comercialização de direitos sobre a água, no momento em que o governo enfrenta uma crise hídrica crescente, que ameaça reduzir o crescimento econômico e prejudicar a produção de alimentos. A ação é o mais recente sinal de que a China pretende usar mecanismos de mercado para lidar com problemas ambientais cada vez maiores. O país já lançou sete mercados-piloto para reduzir as emissões dos gases do efeito estufa que alteram o clima e planeja estabelecer um regime nacional ainda nesta década" (2). Enquanto isso, o "Plano para salvaguardar os recursos hídricos europeus", da Comissão Europeia (2012), sugere que o comércio pode ser passado a ser considerado uma ferramenta para gerenciar a água (3).

A existência de mercados de água não leva imediatamente à financeirização. No entanto, os mercados facilitam a criação de novas classes de ativos que podem ser negociados sem qualquer evidência de que isso contribua para melhor alocação ou gestão da água.

O preocupante exemplo do Chile

Uma possível transição da mercantilização à financeirização pode ser observada no Chile, onde o

sistema mais neoliberal na América Latina levou a um modelo muito desenvolvido de financeirização da água, no qual ela é totalmente regulada pelo mercado, e o Estado tem um papel meramente administrativo.

Como escreveu Jessica Budds em 2009, “O Chile opera um sistema único de direitos privados negociáveis sobre a água. Segundo o Código de Águas de 1981, os atuais direitos sobre a água (a prerrogativa de usar um determinado fluxo de água em condições específicas) foram convertidos em propriedade privada e regulamentados por meio de mecanismos econômicos e de mercado” (4).

O Código de Águas de 1981 foi aprovado pelo regime militar de Augusto Pinochet, dentro de uma estrutura neoliberal baseada em direitos de propriedade e princípios de mercado. A lei, ainda em vigor, entregou o controle dos recursos hídricos ao setor privado, gratuitamente e por um período ilimitado de tempo. Suas características econômicas e de mercado foram projetadas para considerar a água uma mercadoria como qualquer outra, o que implicava separá-la da terra e do território onde ela flui. Como consequência, os proprietários de terras não possuem automaticamente os direitos sobre a água em suas terras. Portanto, esses direitos – sobre todos os recursos superficiais e subterrâneos – podem ser negociados em separado com relação às terras (5). A consequência é que a água só pode ser usada por quem detiver os direitos correspondentes. O Código de Águas demoliu a estrutura institucional existente e estimulou a criação de um mercado paralelo de direitos sobre a água, permitindo sua alocação gratuita e permanente, sem uma restrição de volumes que pudesse impedir a concentração nas mãos de poucos.

Em 1992, o ex-presidente chileno Patricio Aylwin propôs ao Congresso um projeto de lei que limitava as concessões de direitos de água e previa sua restituição ao Estado quando os detentores desses direitos não os usassem. O Congresso precisou de 13 anos para chegar a um acordo. A lei 20.017 modificou o Código de Águas, mas a restituição dos direitos ao Estado foi considerada uma “receita socialista” e foi substituída por uma “punição pelo não uso”.

Esse ato incomum implicou dois paradoxos. De um lado, pela primeira vez, esses detentores de direitos sobre a água que não a usavam tiveram de pagar mais do que aqueles que a consumiram. A “punição pelo não uso” os forçou a usar água e criou as condições para tornar o desperdício mais conveniente do que preservá-la e evitar o uso indevido. Por outro lado, a reforma permitiu uma maior concentração dos direitos sobre a água em poucas mãos.

De acordo com uma pesquisa publicada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o preço de venda dos direitos sobre a água nas regiões chilenas centrais, como Valparaíso e Coquimbo, pode ser até 22 vezes maior do que a multa por não usá-la. Como consequência, muitos dos detentores desses direitos preferem pagar a multa para manter os direitos da água até o seu preço subir, e, portanto, ganhar mais dinheiro mais tarde.

Esse sistema não tem nada a ver com o comércio de quantidades reais de água mercantilizada, para uso em agricultura ou serviços urbanos. É um mercado financeirizado, no qual os direitos sobre a água são vendidos e comprados com o único propósito de acumular lucro. Em tempos de escassez de água ou quando sua demanda aumenta por causa, por exemplo, da expansão de atividades industriais de mineração, esses direitos adquirem mais valor, de modo que as oportunidades de lucrar nos mercados financeiros aumentam. O impacto desse processo é absolutamente real: o preço da água é um dos mais altos da América Latina, muitos habitantes de zonas rurais e urbanas não têm acesso, e os detentores dos direitos sobre ela estão aumentando seu poder político e econômico, o que permite o controle social.

Implicações

As implicações da mercantilização e da financeirização da água para as comunidades locais e o meio ambiente são reais, muito reais. Descobrir onde elas diferem e onde se oculta a financeirização da água, e como ela se relaciona com a transformação da natureza em ativos financeiros rentáveis, tem uma importância considerável em termos de organização e apoio às comunidades que lutam contra as consequências. Entender esses processos também é importante para a compreensão de como podemos contribuir para revertê-los.

A água está cada vez mais sendo financeirizada pela criação de classes de ativos com base na mercadoria (commodity) “água” (como no caso do carbono, das florestas, do petróleo, dos alimentos etc.). Esse processo está intimamente ligado à lógica que permite a geração de novos produtos “virtuais” através de “mecanismos de compensação” baseados no maior controle de territórios. Isso abre um horizonte quase ilimitado ao potencial de lucro financeiro e, portanto, demanda que as organizações da sociedade civil atuem de forma solidária para com as comunidades afetadas em todo o mundo, para repensar os métodos tradicionais de defesa e promoção da causa.

Nesse quadro mais amplo, está em jogo a natureza em sua totalidade. E os “mecanismos de compensação”, o comércio de “serviços ecossistêmicos”, o princípio do “capital natural”, os “títulos verdes”, os “créditos de conservação”, os “bancos de biodiversidade” e todos os mecanismos e estruturas relacionados que se baseiam na ideia de colocar um preço em elementos ou funções específicas da natureza estão se tornando verdadeiros desafios. Eles estão acoplados à lógica perversa e ao marco das políticas que estão sendo desenvolvidas para facilitar a apropriação da natureza e de territórios pelo capital financeiro atual. Revelada, essa lógica explica por que esses mecanismos devem ser rejeitados, pura e simplesmente.

A partir desse cenário em mudança, surgem novas questões, que pode ser útil tentar responder coletivamente: o que essa mudança implica para as comunidades? Até que ponto esse cenário representa uma oportunidade para a construção de alianças para combater e reverter o processo de financeirização? Confrontados com essa nova complexidade, como vamos identificar de forma eficaz as metas de nossas ações? A quem essas novas lógicas e mecanismos realmente beneficiam? Como vamos enfrentá-los de forma eficaz?

Debater estas questões é urgente, pois é fundamental para o avanço das críticas à “financeirização da natureza” de forma mais ampla. E, ao responder a essas questões, podemos lentamente identificar,

junto aos afetados, as estratégias possíveis para reverter esta tendência devastadora.

Leitura complementar (inglês): "Financialization of Water", Re:Common, 2014, <http://www.recommon.org/enq/financialization-of-water-meeting/>

Tancredi Tarantino, tarantino@recommon.org
Giulia Franchi, gfranchi@recommon.org
Re:Common, www.recommon.org

1. Water: The Ultimate Commodity, James E. McWhinney, 17 de julho de 2011 <http://www.investopedia.com/articles/06/Water.asp#axzz1heWbZhHl>
2. China to roll out seven pilot markets for trading water rights, Reuters, 24 de julho de 2014, <http://www.reuters.com/article/2014/07/24/china-water-environment-idUSL4N0PZ2DJ20140724>
3. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52012DC0673>
4. J. Budds, Contested H2O: Science, policy and politics in water resources management in Chile, Elsevier, 2009. Veja mais sobre o Código de Água do Chile em: J.Budds, Contested H2O: Science, policy and politics in water resources management in Chile, Elsevier, 2009.

POVOS EM AÇÃO



Declaração de Maputo da Sociedade Civil Africana sobre Justiça Climática

Defensores da justiça climática e representantes de comunidades e movimentos se reuniram em Maputo, Moçambique, de 21 a 23 de abril de 2015, para refletir sobre as raízes, as manifestações e os impactos das mudanças climáticas sobre a África e sobre as respostas necessárias às crises. A conferência decidiu, entre outras coisas, rejeitar as falsas soluções para a crise climática, como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), as plantações industriais de árvores, a engenharia genética, os agrocombustíveis e a geoengenharia. Veja a declaração aqui:

<https://justicaambiental.wordpress.com/2015/05/19/declaracao-de-maputo-da-sociedade-civil-africana-sobre-justica-climatica/>

A reunião também elaborou uma "Leitura Complementária", que inclui vários artigos refletindo sobre a economia verde, as negociações climáticas da ONU, o agronegócio e os combustíveis fósseis em relação às mudanças climáticas, entre outros temas. Veja a Leitura aqui: http://issuu.com/justicaambiental/docs/pt_reader_ semeando_justica_climatic



Dacar a Túnis: Declaração contra a água e grilagem de terras

O Fórum Social Africano, que acontece em Dacar, em outubro de 2014, lançou a Declaração contra a Concentração de Água e Terra, que afirma que "a concentração de terras sempre vem acompanhada de concentração de água". Durante o Fórum Social Mundial de Túnis, em março de 2015, o diálogo que já havia entre grupos africanos continuou com movimentos e organizações do mundo todo, para ampliar essa convergência. A privatização dos serviços e da gestão da água, sua contaminação provocada pela mineração, o despejo das comunidades em função de construção de barragens, a militarização do acesso a fontes d'água, a tomada dos meios de subsistência de pescadores e pastores e a imposição da escassez d'água são alguns dos casos em que a água está sendo roubada. Os grupos estão conclamando a sociedade civil e movimentos sociais de todo o mundo a se envolver nessa discussão para fortalecer esta declaração e apoiar as suas reivindicações. Veja o artigo completo (em inglês) em: <http://farmlandgrab.org/24085>

Brasil: assassinados três líderes indígenas defensores das florestas

Três líderes indígenas foram emboscados por pistoleiros contratados por madeireiros e latifundiários,



segundo denúncia do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). As mortes seriam uma vingança pelas ações e medidas que as diferentes etnias no leste do Brasil vêm realizando nos últimos anos para erradicar o desmatamento em seus territórios. Cleber Cesar Buzatto, secretário executivo do CIMI, disse que "os crimes não são fatos isolados, estão dentro de um contexto macropolítico de um já prolongado processo de incitação ao ódio e à violência contra indígenas". Leia o artigo aqui:

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8101>



Guatemala: ação de moradores contra as barragens que privam as comunidades de água

Comunidades das bacias média e inferior do rio Madre Vieja, no Pacífico da Guatemala, estão sendo privadas de água por causa de barragens construídas por empresas envolvidas no cultivo de dendê e cana-de-açúcar. Moradores e comunidades organizadas – algumas delas pertencentes à Rede Internacional pelo Mangue – têm denunciado repetidamente que essas empresas estão usando, desviando e retendo água para suas grandes plantações. "Querem nos tirar das nossas comunidades para continuar expandindo a praga do cana-de-açúcar e do dendê, querem secar o mangue para justificar o avanço da monocultura sobre esse importante ecossistema", dizem. Considerando a falta de resposta das autoridades e das empresas, e diante do desespero com a possibilidade de ficar sem água, em abril, as comunidades decidiram agir diretamente: com picaretas e pás, abriram quatro represas para liberar a passagem de água. Membros das várias comunidades monitoraram o lento deslocamento do rio que, depois de três meses, recuperou seu curso natural. Quando ele chegou ao mar, eles celebraram. Ver nota (em espanhol) em:

<http://cpr-urbana.blogspot.com/2015/04/denuncian-que-monocultivos-privan.html>



O Plano ProSavana em Moçambique foi lançado e ameaça as terras dos camponeses

Camponeses no norte de Moçambique estão lutando para manter suas terras e seus recursos hídricos à medida que governos e empresas estrangeiras avançam agressivamente para criar grandes projetos de agronegócio. Foi lançado o tão esperado Plano ProSavana para o desenvolvimento do agronegócio no Corredor de Nacala, inspirado no chamado desenvolvimento "bem sucedido" do agronegócio na região do Cerrado brasileiro. Embora seja muito diferente de uma primeira versão que vazou devido à pressão da sociedade civil, ele ainda não discute a questão controversa da concentração e dos conflitos de terras. O Plano prevê que as famílias usem mais suas terras de forma permanente (eliminando sistemas de rotação), aumentando a produtividade através de "sementes melhoradas e fertilizantes", enquanto ampliam a área lavrada com tratores. O Plano nada diz sobre a quantidade de terras que o investimento estrangeiro está planejando ocupar. Também não aborda a grave crise hídrica que esse modelo de agronegócio deixou no Brasil, na qual graves problemas de abastecimento de água estão afetando centros urbanos, apesar de vários pesquisadores brasileiros estabelecerem uma ligação direta entre a escassez de água e o desmatamento em grande escala devido à expansão do agronegócio. Veja a nota (em inglês) aqui:

<http://www.clubofmozambique.com/solutions1/sectionnews.php?secao=business&id=2147488847&tipo=one>

Um novo relatório da ONG GRAIN fornece informações detalhadas sobre casos de grilagem de terras para a produção agrícola, que já estão ocorrendo no Corredor de Nacala. Ele

expõe alguns dos principais atores envolvidos e mostra como os investidores estrangeiros e seu modelo industrial de agronegócio estão causando estragos nas comunidades camponesas locais e em seus sistemas alimentares. Esses casos de concentração de terras apresentam uma clara imagem do tipo de "investimento" que os camponeses moçambicanos podem esperar do ProSavana. Veja o relatório aqui: <http://www.grain.org/article/entries/5138-les-accapareurs-de-terres-du-couloir-de-nacala>



Bolloré e Socfin contabilizam seus lucros em Luxemburgo, enquanto os conflitos persistem em suas plantações africanas e asiáticas

Enquanto os acionistas da Socfin realizavam sua reunião geral anual no Hotel Bel-Air, em Luxemburgo, em 27 de maio, 300 pessoas de seis povoados afetados se reuniam para protestar contra o fato de a empresa não cumprir seus compromissos em Mondulkiri, no Camboja, e 250 representantes de 13 povoados afetados por sua plantação na Costa do Marfim também se mobilizavam. Antes disso, em 16 de maio, 300 pessoas se reuniram na sede da plantação LAC na Libéria, enquanto 400 se mobilizavam para bloquear a plantação Dibombarri, em Mbongo, de 23 a 28 de abril. A Aliança Internacional de Comunidades afetadas por Plantações exige que a Socfin devolva os direitos de uso de terras que as comunidades consideram essenciais para a sua subsistência. Veja a nota completa (em inglês): <http://farmlandgrab.org/post/view/24960-in-luxembourg-bollore-and-socfin-count-their-profits-while-conflicts-persist-in-their-african-and-asian-plantations>

em francês: <http://farmlandgrab.org/post/view/24961-au-luxembourg-bollore-et-la-socfin-comptent-les-benefices-pendant-que-les-conflits-perdurent-autour-des-plantations-en-afrique-et-en-asie>

RECOMENDADOS



Que futuro para as florestas do mundo?

A nova edição de "World Rivers Review", uma revista da ONG International Rivers, inclui notícias sobre violações, em todo o mundo, contra os povos indígenas que defendem rios e direitos; uma reflexão sobre os desafios criados por se apresentarem as barragens como "soluções para a mudança climática"; e questiona o que significa um rio saudável a partir de diferentes perspectivas. Atualmente, nada menos do que 3.700 projetos hidrelétricos estão em construção ou em desenvolvimento em todo o mundo. Veja a revista (em inglês) em: http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/wrr_april_2015final.pdf



Nova publicação alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde

Pessoas podem estar expostas a níveis excessivos de agrotóxicos no trabalho e por meio do alimento, do solo, da água ou do ar. E com a contaminação de águas subterrâneas, lagos, rios e outros corpos de água, os agrotóxicos podem ainda poluir os suprimentos de água potável, peixes e outras fontes muitas vezes vitais para o bem-estar humano. O dossiê "Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na

Saúde” é uma enorme contribuição na luta contra o silêncio. A publicação, com mais de 600 páginas, reúne informações de centenas de livros e trabalhos publicados em revistas nacionais e internacionais, que revelam evidências científicas e correlação direta entre uso de agrotóxicos e problemas de saúde. Como ele diz em seu prefácio, o dossiê “Grita contra a mentira institucionalizada. Grita ao denunciar o horror provocado pelo emprego mortífero dos agrotóxicos no Brasil. Grita ao fazer ressoar o grito de vítimas desse horror. Ao produzi-lo, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) dá uma mostra do engajamento da ciência crítica comprometida com transformações estruturais na sociedade.”
Aceda o Dossiê em:
<http://abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/>



Defendendo o direito à água na Coréia

Movimentos pela justiça com relação à água na Ásia se reuniram em Daegu, Coreia do Sul, para o Fórum Alternativo “Água para todos”, em 13 e 14 de abril, em uma luta comum para defender e concretizar nosso direito humano à água e mantê-la como parte dos bens comuns. O Fórum questionou “o modelo de privatização da água e sua transformação em negócio, que está sendo imposto ao sistema público de água da Coréia e de muitos outros países asiáticos. Já comprovado como falho e antipovo, esse modelo de governança que privilegia o setor privado tem sido continuamente promovido pelo Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e outras instituições financeiras internacionais (IFI), e adotado pelos governos na implementação da agenda neoliberal”. Leia a declaração do Fórum (em inglês) aqui:
<http://www.sentro.org/?p=554#sthash.K2Xpm2vE.dpuf>



Espremendo a África até secá-la: por trás de cada caso de concentração de terras, há concentração de água

Não se podem cultivar alimentos sem água. Na África, uma em cada três pessoas sofre com escassez de água, e a mudança climática piora as coisas. Os sofisticados sistemas de água nativos da África estão sendo destruídos pela concentração de terras em grande escala, em meio a alegações de que a água do continente é abundante, subutilizada e está pronta para ser aproveitada para a agricultura voltada à exportação. A maior parte dos negócios de terras na África envolve grandes operações agrícolas industriais que consomem grandes quantidades de água, quase todas localizadas nas principais bacias hidrográficas com acesso à irrigação. Elas ocupam áreas úmidas férteis e frágeis ou estão localizadas em áreas mais áridas, que podem tirar água dos principais rios. Um relatório da GRAIN examina o que está por trás da disputa atual de terras na África para revelar uma luta global pelo que cada vez mais é considerado um bem precioso: a água. Acesse o relatório completo (em inglês, espanhol e francês) em:
<http://www.grain.org/article/entries/4516-squeezing-africa-dry-behind-every-land-grab-is-a-water-grab>



[Facebook do WRM](#)



[Twitter do WRM](#)



[Website do WRM](#)

Assine o Boletim mensal do WRM

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor en jefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Diaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional del WRM

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo – Uruguay

Tel/fax: 598 2413 2989

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>